

NOS NOSSOS LOCAIS DE TRABALHO E RESIDENCIA SAIBAMOS DESFERIR MAIORES
DERROTAS AO INIMIGO

Presidente Samora Machel no encerramento da VI Sessão da Assembleia Popular

No encerramento da VI Sessão da Assembleia Popular, o Presidente do Partido FRELIMO e Presidente da República Popular de Moçambique, Samora Moisés Machel, pronunciou um importante discurso, no qual, não só se faz uma análise sobre as questões debatidas na sessão daquele órgão máximo do Poder do Estado, como também se evidenciam alguns pontos, a maior parte dos quais constitui aquilo que deve ser a tarefa de um deputado no seu local de trabalho e de residência.

Pela extrema importância de que reveste este discurso do Chefe de Estado moçambicano que constitui igualmente um valioso documento de estudo transcrevemo-lo seguidamente na íntegra:

SENHORES DEPUTADOS,
SENHORES CONVIDADOS,

Durante uma semana estivemos reunidos para analisar a nossa vida, para escolher o melhor trilho para uma marcha mais segura e mais rápida.

O tema central das nossas discussões foi a Ofensiva Política e Organizacional. Analisámos o seu significado. Estudámos as formas de tornar a Ofensiva permanente. No contexto da Ofensiva, analisámos também o último processo de eleições locais e constatámos que ele reforçou o exercício do poder pelo povo.

Chegámos ao fim dos trabalhos da Sexta Sessão da Assembleia Popular.

A característica fundamental desta Sexta Sessão foi a discussão dos grandes problemas nacionais. Soubemos trazer aqui os problemas reais do nosso povo, fomos capazes de os discutir profundamente, de trazer e sintetizar a nossa experiência. Deste modo enriquecemos o nosso estilo e métodos de trabalho.

Na reunião da Assembleia Popular estiveram presentes, como cidadãos e patriotas, diversos convidados. Eles participaram activamente nas nossas discussões, trouxeram a sua experiência, e sua sensibilidade dos problemas. Participaram porque estávamos a discutir a vida da Nação, a vida de todos nós.

A nossa discussão revelou quadros cons-

cientes, quadros que acompanham os problemas, que os analisam de forma científica, que têm a perspectiva do nosso desenvolvimento, que vão ao detalhe porque sabem que nele está o segredo da vitória.

A nossa Assembleia Popular afirma-se assim cada vez mais como uma grande escola de democracia política. Esta Sexta Sessão constituiu um salto qualitativo no nosso estilo e métodos de trabalho.

Ela permitiu ver que é necessário avançarmos mais na organização democrática do nosso trabalho.

Nesta Sessão, os Deputados à Assembleia Popular ainda trouxeram, essencialmente, a sua experiência individual e a sua visão dos problemas.

Para ultrapassarmos esta limitação, as Sessões da Assembleia Popular devem ser preparadas a partir da base. Assim como é a base que faz filtragem dos seus representantes, é também a base que deve fazer a filtragem das ideias.

É na base que estão os problemas.

É na base, na localidade, que está a empresa, o hospital, a escola, a estrada, a pista de aviação, a cooperativa, a machamba estatal, a produção, o comércio, o abastecimento.

São as Assembleias de Localidade que devem resolver os problemas da sua zona. Elas não podem ficar à espera que os problemas

sejam resolvidos por outros níveis. Se a base fica à espera, não há necessidade de haver base.

São as Assembleias de Localidade que podem estudar e sintetizar os problemas e a experiência da localidade. É assim que a base alimenta o topo da mesma maneira que as raízes, profundamente enterradas na terra, alimentam toda a árvore. A base é a pedra angular de todo o exercício do nosso poder, a pedra angular da solução dos problemas.

Por isso, é necessário assegurar a ligação profunda das assembleias de localidade com as assembleias de distrito, destas com as assembleias provinciais. Só assim o Deputado da Assembleia Popular pode trazer aqui a realidade, a vida do nosso povo.

Assim, as leis que nós elaboramos são o resultado da compreensão profunda das necessidades e aspirações do nosso Povo.

É assim que os Deputados da assembleia de localidade estão em condições de difundir as leis da Assembleia Popular e organizar a sua aplicação, a nível da base.

SENHORES DEPUTADOS,

A 7.ª Sessão do Comité Central do Partido FRELIMO analisou a Ofensiva Política e Organizacional e traçou orientações para o seu prosseguimento.

Cabe à Assembleia Popular estudar as formas de o Estado aplicar a Política do Partido. Neste contexto, a presente Sessão da Assembleia Popular analisou a Ofensiva, estudou as formas de a tornar permanente, traçou as tarefas das Assembleias e dos Deputados no prosseguimento da Ofensiva.

A Sexta Sessão da Assembleia Popular elaborou e aprovou uma importante resolução sobre a Ofensiva Política e Organizacional. Esta resolução deve ser difundida nas Assembleias do Povo em todos os escalões, deve constituir programa de acção de todos os deputados. Devem fazer desta resolução seu instrumento na vida do dia a dia, no seu local de trabalho, no seu local de residência.

A Ofensiva é desencadeada contra um inimigo concreto. No processo da luta armada de libertação nacional, aprendemos a importância de definir correctamente o inimigo, de nunca apontarmos ao povo alvos falsos.

Uma vez mais importa caracterizar correc-

tamente o inimigo.

Lutámos para derrotar o colonialismo.

Lutámos para sermos independentes.

Lutámos para fazer nascer a Nação moçambicana.

Lutámos para poder escolher livremente a nossa via de desenvolvimento.

Durante a resistência secular ao colonialismo, o inimigo estava bem identificado. Era o invasor estrangeiro, o ocupante.

No início da luta de libertação nacional, quando fundámos a Frente de Libertação de Moçambique, não foi fácil definir o inimigo.

O inimigo eram todos aqueles que se opunham à independência, que se opunham à unidade nacional.

O inimigo eram todos aqueles que tudo fizeram para destruir a FRELIMO, que tudo fizeram para manter o povo moçambicano dividido.

Mas não foi fácil definir o inimigo devido à origem do colonialismo e à diferente natureza da administração colonial, nas diferentes regiões.

No nosso País, os colonizadores foram europeus. Por isso era fácil confundir o inimigo com a cor da pele. Mas o colonialismo não tem cor. O colonialismo não tem raça, não tem pátria. O colonialismo não tem povo nem continente.

Houve colonialismo entre europeus. Portugal foi colonizado pela Espanha e o povo português lutou contra a colonização.

Houve colonialismo entre asiáticos. A China foi colonizada pelo Japão e o povo chinês lutou contra a colonização.

Se Moçambique tivesse sido colonizado por africanos, o povo moçambicano teria lutado como lutou contra o colonialismo português, bem como hoje o povo saharano luta contra o colonialismo marroquino.

A administração colonial assumiu duas formas no nosso País: administração directa e administração indirecta.

Nas regiões onde se verificava a administração colonial indirecta, o colonialismo utilizava os régulos feudais como seu instrumento. Eram eles que cobravam os impostos, que mandavam o povo para o trabalho forçado, que pilhavam a produção e oprimiam a população. Decidiam inclusive a vida do povo. O administrador colonial português não

aparecia aos olhos da população. Não era visível a contradição principal que opunha o povo ao colonialismo. Não era claramente visível que os régulos feudais representavam o colonialismo, que eles eram parte integrante do inimigo.

Foi também necessário definir o inimigo como todo aquele que se opunha à unidade nacional.

O colonialismo submeteu-nos porque foi capaz de manter o povo dividido. O colonialismo sempre soube que a nossa principal arma é a unidade.

Aprendemos que para fazer nascer a Nação, era necessário matar a tribo.

O tribalismo dividia o povo ao nível da Nação, ao nível da Província e mesmo ao nível do distrito.

O tribalista tem a visão restrita. O seu horizonte é fechado. É incapaz de aceitar a transformação. Por isso é reaccionário.

O tribalista é incapaz de aceitar outro interesse que não seja o do seu pequeno grupo.

O tribalista é ambicioso: é incapaz de defender os interesses do povo.

O tribalista, porque divide o povo ao nível da Nação, ao nível da província, ao nível do distrito, também divide os homens em termos de raça.

O tribalista é sempre racista.

Este fenómeno é universal. Há tribalismo na Ásia. Há tribalismo na América. As nações europeias com séculos de independência, ainda há tribalismo. Mas só aplicam esta palavra em relação aos africanos.

Na nossa região há tribalismo entre os brancos sul-africanos. O conceito de nação «boer» é uma forma de tribalismo. Mas o seu racismo leva-os a só falar do tribalismo em relação aos pretos.

Aprendemos que o tribalismo é o comandante em chefe das forças reaccionárias, das forças que nos agredem, das forças que nos enfraquecem.

No processo da luta de libertação nacional, o inimigo muda de carácter. Nas zonas libertadas surge, no nosso solo, a contradição entre os interesses do povo e os interesses dos novos exploradores, entre interesses socialistas e interesses capitalistas.

Os novos exploradores queriam utilizar o povo como seu instrumento para se substituí-

rem aos colonialistas.

Os combatentes, a população das zonas libertadas, assumiram gradualmente a consciência de que não era possível aceitarem os maiores sacrifícios, oferecerem a vida, apenas para que mudasse a cor da pele dos exploradores.

Perante o aprofundamento do carácter popular da luta armada de libertação nacional, o inimigo interno recorre uma vez mais ao tribalismo, ao regionalismo e ao racismo, para procurar impedir a transformação da luta armada em revolução. Alia-se directamente ao inimigo colonialista.

Porque soubemos definir correctamente o novo carácter do inimigo, fomos capazes de o vencer, de estabelecer o poder popular nas zonas libertadas.

Quando derrotámos o colonialismo, a nossa palavra de ordem foi: estender o poder popular a todo o País.

Nas zonas de administração colonial directa, nas zonas onde o capitalismo estava mais desenvolvido, isto é, nas cidades, a confrontação tinha ultrapassado a tribo. A confrontação era já entre interesses económicos. Aqui tinham nascido os aspirantes à burguesia nacional, que o colonialismo, perante a iminência da derrota, quis transformar em força contra a FRELIMO. Esses aspirantes assumiram esse papel.

Eram os que se contentavam com as migalhas do banquete colonial.

Eram os lacaios ansiosos por ficar na gerência das empresas, como procuradores dos créditos de rendimento, como administradores das plantações, como novos dirigentes do aparelho do Estado. No momento em que o colonialista se retirava fisicamente, eles queriam ficar e substituí-lo como representantes dos capitalistas estrangeiros. Eram os novos régulos. Aspiravam a gerir a exploração neocolonial.

Por isso aliam-se ao inimigo, tornam-se parte integrante dele, na oposição ao Poder Popular.

Entram nos partidos fantoches, nova forma de divisionismo. Tentam promover forças políticas com base no tribalismo, no regionalismo e no racismo. São os GUMOS, os MOCONE-MOS, os FRELIMOS, os FICOS. Nunca lutaram mas erguem a mão com pretensões de representar o povo.

Quando derrotámos as tentativas neocoloniais eles passaram a utilizar a linguagem da FRELIMO para fazerem o assalto ao aparelho de Estado. São agentes das acções dos colonialistas para corromperem os quadros da FRELIMO, particularmente das Forças Populares de Libertação de Moçambique, para desviarem a FRELIMO do seu Programa popular. Surgem como directores e accionistas de empresas, como donos de plantações, como proprietários de prédios de rendimento. Quem lhes deu o dinheiro? Quem lhes ofereceu as acções?

Quando sentiram que os Grupos Dinamizadores exerciam o Poder do Povo, quando fizemos as nacionalizações, estes moçambicanos aspirantes à burguesia começaram a fugir de Moçambique, correndo atrás dos corchos que regressavam ao seu país. Os portugueses não fugiram daqui. Regressaram. Os que fugiram foram os moçambicanos.

Assistimos então ao fenómeno dos comerciantes de nacionalidade. Nasceram os Tembes do Algarve, os Cossas e os Makangas do Minho, os Manhiças e os Mapossas de Trás-os-Montes. Fugiram porque o explorador não tem Pátria.

No processo da nossa Revolução, no III Congresso da FRELIMO em 1977, definimos que o nosso sistema é o Socialismo.

Cada sistema tem os seus inimigos.

O inimigo do capitalismo é o povo.

O inimigo do socialismo é o explorador.

Por isso temos orgulho. O inimigo do nosso sistema é o explorador.

O inimigo não é abstracto. Quando falamos do capitalismo, quando falamos do imperialismo, não estamos a falar de inimigos distantes, fora das nossas fronteiras. Entre nós estão os agentes físicos do capitalismo. Vivem ao nosso lado. Cruzam-se connosco na rua. Sentam-se ao nosso lado no machimbombo. Vivem no nosso prédio. Estão na repartição, no hospital, na escola, na empresa, no poilo, no armazém. Foram capazes de se infiltrar em sectores-chave da nossa vida.

O inimigo tem um objectivo estratégico: impedir a conquista da nossa independência económica e a construção do Socialismo em Moçambique.

Ao nível interno o inimigo actua com duas forças operacionais: os bandos armados e os agentes infiltrados.

O inimigo interno é idêntico ao primeiro

inimigo colonialista porque quer submeter de novo o nosso País à dominação estrangeira, à dominação do imperialismo.

É idêntico ao inimigo colonialista porque novamente nos quer dividir em tribos, em regiões, em raças. Os bandos armados que actuavam em Manica não permitiam a entrada dos bandos que actuavam na Gorongosa. Procuravam conquistar a adesão duma população prometendo um ministro da sua região. Incutiam ao bandido a ambição de ser o administrador do seu distrito, o governador da sua provincia, o régulo da região.

É idêntico ao inimigo colonialista no ódio ao povo. É esse ódio que explica as multiplicações que praticavam. Mafaram deputados porque eram representantes do povo. Cortaram orelhas, rasgaram lábios, amputaram braços. É esse ódio que explica as bombas colocadas em lugares públicos para matarem homens, mulheres e crianças. É o mesmo ódio dos massacres de Mueda, de Wiriyamu, de Chaola, de Inhamitanga.

É idêntico ao inimigo colonialista na sua obstinação em impedir a felicidade e o progresso do povo. Os seus alvos são, por isso, essencialmente económicos.

Quando destruíam pontes e linhas férreas, quando disparavam contra camiões, autocarros e comboios, quando atacavam nas estradas, era com o objectivo de paralisar os transportes e as vias de comunicação, veias que irrigam o corpo da nossa economia. Quando lançavam acções contra importantes unidades económicas, como os depósitos de combustível da Beira, procuravam afectar sectores estratégicos da nossa economia. Quando atacavam aldeias comunais, cooperativas agrícolas, lojas nas zonas rurais, quando destruíam machambas e pilhavam os camponeses, visavam impedir o desenvolvimento normal da vida das populações, a produção, o abastecimento, o escoamento dos produtos, principalmente nos centros onde se organiza a nova sociedade no campo. Quando praticavam massacres e assassinatos e lançavam o terror, a sua intenção era criar a insegurança e a instabilidade que impedem o progresso e o desenvolvimento.

Por outros meios, mais subtils e camuflados, estes mesmos objectivos eram visados pelo inimigo infiltrado nas estruturas do aparelho de Estado, nos sectores produtivos, nos circuitos de comércio e abastecimento do

Povo.

O bagaço que se deixava arder no armazém, a matéria-prima que não vinha porque o BRI ficava perdido na gaveta, as máquinas que ficavam deliberadamente esquecidas no porto, eram a forma camuflada de paralisar a produção nas fábricas, e outra face do ataque armado a unidades produtivas.

A promoção da desorganização nos portos, aeroportos, aviação e caminhos de ferro, as centenas de camiões paralisados por falta de peças e falta de reparação, destruídos pela negligência, parados por não serem utilizados ou a circular sem carga, eram a outra face do ataque armado aos transportes e vias de comunicação.

O produtos de consumo retirados nos armazéns, o fomento das bichas, a desorganização sistemática dos circuitos comerciais eram a outra face das acções armadas que visavam impedir o desenvolvimento normal da vida das populações, o abastecimento e o escoamento dos produtos.

A transformação dos serviços mais directamente relacionados com as grandes conquistas do nosso Povo em centros de desorganização, em covis de ladrões e malfeteiros, era a outra face das acções armadas contra os centros de organização da nova vida no campo.

O desprezo pelo povo, o abuso do poder, as atitudes de intimidação e repressão do povo eram a outra face das acções armadas para a criação dum clima de terror, medo e insegurança.

O primitivismo dos bandidos armados e a desorganização dos portos e APIE; ataque aos depósitos de combustível e incêndio do bagaço no armazém de Ginwala; carro-bomba no Hotel Polana e produtos sepultados nos armazéns da COGROPA — tudo isto pertence a uma mesma teia de acção inimiga.

O agente do inimigo que utilizava o burocratismo esperava, sentado na repartição, que as acções armadas abrissem o caminho para materializar a sua ambição. O bandido armado confiava que a acção do agente infiltrado criasse a paralisção da vida económica do País.

O agente infiltrado do inimigo e o bandido armado são as duas faces da mesma moeda.

Por todos os meios, a acção do inimigo visa apresentar o socialismo como sistema

que faz piorar a vida do povo. Visa gerar a insatisfação no seio do povo, separar as massas da sua Direcção, criar as condições para derrubar o Governo popular.

O grau e a extensão da acção do inimigo, a sua presença física nos sectores-chave da nossa vida, a sua presença ideológica nas nossas estruturas e nos métodos de trabalho constituíam o obstáculo principal; o travão que impedia o nosso avanço.

A batalha da década é incompatível com a coexistência com o inimigo. Uma vez mais, a questão fundamental da revolução, a questão do poder, estava colocada frontalmente. No leme do barco, não pode estar ao mesmo tempo a mão do progresso e a mão do retrocesso, mão da revolução e a da reacção, a mão do povo e a mão do capitalismo. Era necessário desencadear o combate sem tréguas para desalojar o inimigo, para obrigá-lo à defensiva passiva. Para obrigá-lo a tirar a mão do leme.

Por isso, desencadeámos a Ofensiva Política e Organizacional.

Devemos estar conscientes de que o inimigo não desarma. Ele tira lições de cada derrota que sofre.

Na nossa zona, o Imperialismo acaba de sofrer pesadas derrotas. A vitória do Zimbabwe foi uma derrota do imperialismo.

O aniquilamento dos bandos armados em Moçambique foi uma derrota do imperialismo.

A primeira fase da Ofensiva, em que o nosso Povo identificou claramente o inimigo infiltrado e começou a desalojá-lo, foi uma derrota do imperialismo.

A estas derrotas o inimigo reagiu com novas táticas.

No plano externo constatamos a crescente agressividade do regime racista sul-africano, principal bastião do imperialismo na nossa zona. O regime de Pretória invadiu de novo a República Popular de Angola; ameaçou a República da Zâmbia; fez ameaças de intervenção militar na República Popular de Moçambique e na República do Zimbabwe; é base do lançamento de acções subversivas contra todos os países da nossa zona.

Uma forma particularmente insidiosa de subversão é levada a efeito nas nossas zonas fronteiriças. São as zonas em que o confronto entre o nosso sistema e o sistema capitalista é mais agudo. Nestas, o inimigo tenta demons-

trou a pretensão superioridade do capitalismo. Temos fronteiras com países em que o tribalismo, o regionalismo e o racismo são valores. Por isso, devemos levar a cabo um grande trabalho político, ideológico, económico e cultural nas zonas fronteiriças.

As Assembleias e os deputados, ao nível da localidade, têm aqui tarefas importantes.

Ao nível interno o inimigo infiltrado reage contra as vitórias da Ofensiva Política e Organizacional.

Particularmente nos sectores produtivos, procura lançar a confusão entre as estruturas para impedir que se consolidem métodos correctos de direcção e de trabalho.

O inimigo vai continuar a sabotagem. Vai continuar a promover a corrupção, a incompetência, o desleixo, vai tentar defender o espírito de clique, as alianças na base do compromisso, na base do tribalismo, do regionalismo e do racismo.

O inimigo continuará a formar bandos armados, com uma nova base directa de apoio exterior.

Unidos pelo nosso Partido PRELIMO, galvanizados pela batalha exaltante da década, com as nossas forças retemperadas pelo ímpeto da Ofensiva, identificaremos o inimigo em todos os seus disfarces, liquidaremos todas as suas manobras.

SENHORES DEPUTADOS,
SENHORES CONVIDADOS,

Ao desencadearmos o processo da criação das primeiras Assembleias do Povo eleitas, definimos os nossos Deputados como aqueles que servem o Povo, aqueles que efectivamente dirigem o Estado da aliança operário-campesina.

Representar e servir o Povo não é uma coisa abstracta. Representar e servir o Povo é, em primeiro lugar, conhecer os seus problemas, compreender a complexidade da nossa Sociedade. É assim que a primeira tarefa do Deputado é conhecer, e compreender e entender cada um dos fenómenos, políticos, económicos, sociais, culturais, do nosso Estado, desde a localidade até à Nação.

Representar e servir o Povo, é viver no meio do Povo; é viver os seus problemas, as suas dificuldades e os seus sucessos. É trabalhar com o Povo, na fábrica, na oficina, na Ajudia Comunal, na cooperativa, no hospital, na ma-

ternidade, na escola e no bairro.

Representar e servir o Povo é contribuir numa forma activa e permanente para a solução dos problemas do Povo.

Por isso, todos os nossos Deputados, a todos os escalões das Assembleias têm tarefas concretas e bem determinadas.

Nós, os Deputados, somos um exército imenso e poderoso. Um exército organizado, disciplinado, que vê os problemas do Povo com olhos de ver, que orienta o Povo.

Um exército sempre pronto para fazer triunfar os objectivos da década.

E o primeiro combate em que estamos empenhados é o de liquidar a fome.

Liquidar a fome significa fazer com que as nossas crianças nasçam saudáveis, belas e fortes. Significa diminuir drasticamente a mortalidade infantil, a doença, eliminar o raquitismo e a subalimentação, garantir a longevidade.

Liquidar a fome significa termos cidadãos fisicamente robustos, cheios de vigor e inteligência. Significa criar beleza.

Liquidar a fome é produzir mais comida.

É produzir mais milho, mais trigo, mais arroz, mais meloeira, mais mapira, mais feijão, mais mandioca e batata.

Temos de produzir tudo isto para comer.

Matar a fome significa diversificar a alimentação do nosso Povo e melhorar a sua dieta alimentar.

Significa que em todo o nosso País devemos produzir batata reino, batata-doce, devemos produzir feijão frade, feijão jago, feijão nyemba, devemos produzir soja, ervilha, alface, cebola, alho, tomate, cenoura, abóbora, nabo, rabanete, repolho, couves.

Temos de produzir mais amendoim, mais girassol, mais gergelim, mais copra, mais mafurra.

Temos de produzir tudo isto para alimentar o nosso Povo. Temos de produzir tudo isto para garantir as matérias-primas necessárias para a nossa indústria e assegurar o óleo e o sabão que consumimos.

A carne é indispensável à alimentação saudável do nosso Povo.

Para produzirmos a carne de que necessitamos temos de criar mais coelhos, mais galinhas, mais patos, mais perus. Temos de produzir mais ovos, mais sabritos, mais ovelhas, mais porcos, mais gado bovino.

Quando desenvolvemos a criação de gado,

estamos também a produzir a pele para indústria de curtumes e de calçado; com que fabricamos os sapatos, as carteiras, as malas. Dos cascos e chifres podemos fabricar bolões e pentes.

Para melhorar a alimentação do nosso Povo temos que aumentar a produção de frutas.

Vamos produzir mais laranjas, mais toranjas, mais tangerinas, mais abacate, mais papaias, mais bananas, mais ananás e mais mangas.

Há Províncias com condições especiais para a produção de determinadas frutas.

Estas condições devem ser inteiramente aproveitadas.

Em Niassa, na Argónia, em Manica, temos que desenvolver a produção de maçãs, de pêras, de pêsegos, de uvas, de morangos, de litchis e de ameixas.

Nós necessitamos de tudo isto para comer. Precisamos de tudo isto para que a nossa alimentação seja rica e diversificada. Precisamos de tudo isto para desenvolver a nossa indústria alimentar.

Precisamos de tudo isto para desenvolver a indústria de sumos, a indústria de compostas, de conservas, de enlatados, de massas alimentícias, de bolachas, de enchidos.

Precisamos de tudo isto para exportar e garantir assim as divisas com que vamos comprar o tractor, o camião, a bomba de irrigação, o motor eléctrico, as combinadas e as peças sobressalentes que ainda não produzimos.

Na localidade, o deputado está na vanguarda do combate para o desenvolvimento destas produções.

A saúde e o bem-estar do nosso Povo passam igualmente pela total eliminação da nudez.

Para eliminarmos a nudez temos de produzir mais algodão.

O algodão que cultivamos garantirá que as nossas fábricas produzam a capulana, a camisa, a calça, o lenço, o fato, o vestido, o cobertor, a gravata, as meias, os lençóis, o tecido de que necessitamos.

Produzir mais algodão implica termos de construir mais fábricas têxteis.

É assegurar trabalho para milhares de operários e economizar as divisas de que tanto precisamos.

Nós, os Deputados das Assembleias do

Povo, temos de garantir que todos estes objectivos sejam alcançados.

As Assembleias do Povo têm de saber definir metas, traçar programas e controlar o seu cumprimento.

Os cereais, a carne, os vegetais, a fruta, o peixe, o tecido, não nascem na loja. Nenhum deles se produz na loja.

Todos eles vêm das nossas machambas e são transformados nas nossas fábricas.

As machambas, as cooperativas, as aldeias comunais, as fábricas, as empresas, estão na localidade.

É na Localidade onde vivem e trabalham os Deputados.

É na Localidade que está o segredo para a eliminação da fome e da nudez.

É na Localidade que os Deputados devem ser os agentes dinamizadores do cumprimento dos planos de produção.

É na Localidade que venceremos o subdesenvolvimento.

Vencer o subdesenvolvimento é produzir:

- mais açúcar
- mais chá
- mais camarão
- mais madeiras
- mais algodão
- mais caju

Vencer o subdesenvolvimento é organizar e desenvolver a produção do café.

O aumento destas produções vai assegurar-nos as divisas que nos permitirão realizar os grandes projectos de desenvolvimento. Muitos de nós pensam que basta deixar o caju nascer e crescer por si só. O cajueiro não é uma árvore selvagem.

Temos de valorizar esta nossa riqueza.

Valorizar o cajueiro significa cuidar dele, limpá-lo, adubá-lo, combater vigorosamente os bichos e as queimadas que o destroem.

Devemos cuidar do cajueiro como cuidamos das nossas crianças.

Valorizar o cajueiro é fazermos novas plantações.

Não podemos ficar satisfeitos com os 4 quilos de castanha que cada cajueiro dá no nosso País.

O cajueiro pode produzir muito mais. Tem de produzir muito mais.

Há países onde o cajueiro dá 30, 40 e até 60 quilos de castanha. E no nosso País dá 3 e 4 o máximo.

Valorizar o cajueiro é estabelecermos quantos cajueiros vamos plantar em cada ano e quanto vamos colhar.

E sebermos aproveitar todas as suas múltiplas utilizações.

Comemos a castanha de caju. Com ela confeccionamos bolos e chocolates. Dela extraem-se óleos especiais.

São dezenas os produtos obtidos da castanha de caju. Hoje estão inventariadas centenas de aplicações do óleo da casca de caju.

Cerca de 20 000 operários trabalham na indústria de transformação da castanha de caju.

O Deputado tem uma especial responsabilidade na garantia do cumprimento de todas estas tarefas.

O nosso País é rico em madeiras.

Madeiras com que produzimos os nossos barcos, os cabos das nossas enxadas e as nossas casas.

Madeiras com que fabricamos as mobílias para tornar cómodas e agradáveis as nossas casas.

Madeiras com que construímos as carteiras para as escolas onde estudam os nossos filhos.

Não podemos permitir que esta nossa riqueza, que as nossas florestas, sejam criminosamente destruídas pelo fogo das queimadas.

Os Deputados são responsáveis por mobilizar todo o Povo para o combate enérgico às queimadas; são responsáveis por garantir a conservação e valorização das nossas árvores.

Temos que produzir mais sisal, mais juta e mais kenaf.

Hoje sentimos falta de corda e sacos.

Sem os sacos não podemos escoar os nossos produtos, não os podemos comercializar.

Não podemos fazer chegar os nossos produtos às fábricas.

Aumentar a nossa produção significa que temos de construir na localidade as pequenas represas.

Elevar a nossa produção implica aumentar as áreas de cultivo, significa desenvolver as técnicas de cultivo.

Estas realizações estão ao nosso alcance.

Eles são o produto da nossa iniciativa, de trabalho árduo, da nossa inteligência, das nossas mãos.

Aumentar a produção significa garantir o seu escoamento.

Aumentar a produção exige conservar as picadas, conservar as estradas que temos. Exi-

ge abrir novas picadas, construir mais estradas.

Estas são tarefas que a população deve assumir ao nível das nossas localidades.

Os Deputados devem mobilizar as populações. Os Deputados devem mobilizá-las para a realização destas tarefas.

SENHORES DEPUTADOS,

SENHORES CONVIDADOS,

A nossa batalha contra o subdesenvolvimento exige que dediquemos uma atenção especial à educação dos nossos filhos, das nossas crianças, dos nossos jovens.

Exige que o Deputado participe da vida das nossas escolas.

Na escola cimeta-se a unidade nacional.

Na escola enraizam-se os valores do patriotismo.

Nela se forja a personalidade moçambicana.

Na escola conhecemos o nosso País, a História do nosso Povo, a História da Humanidade.

É na escola onde se liquida o analfabetismo, o obscurantismo, o tribalismo, o racismo, a ignorância.

É na nossa escola que se forma o homem que garante a continuação da Revolução.

Os Deputados têm de compreender e assumir o papel da escola na construção do nosso futuro.

Quantos Deputados, perguntaria, conhecem as nossas escolas?

Quantos Deputados conhecem as escolas da sua localidade, a escola onde os seus filhos estudam?

O esforço que o Estado investe na educação é uma exigência da criação do bem-estar do nosso Povo, é uma exigência do desenvolvimento do nosso País, é uma exigência da edificação do Socialismo.

Cada Deputado tem o dever de garantir que todo esse esforço atinja os seus objectivos.

Os Deputados têm o dever de contribuir activamente para o bom funcionamento das nossas escolas. Têm o dever de contribuir para a boa formação dos nossos filhos.

Os Deputados devem ir às escolas viver os seus problemas. Devem ir às escolas conhecer a sua vida, os seus programas, a sua organização. Os Deputados devem conhecer e trabalhar com a Direcção da escola, saber

quantos alunos a frequentam, quantos professores nela ensinam, qual é o aproveitamento dos alunos, como está organizada a escola. Os Deputados devem participar activamente no combate à indisciplina, às faltas sistemáticas, às reprovações, à corrupção, à droga, que ainda subsistem nas escolas.

Eles, devem promover os bons hábitos de higiene e limpeza nas escolas.

Os Deputados devem esclarecer e mobilizar os pais para que assumam as suas responsabilidades, para que assumam os seus deveres como educadores.

O aluno, indisciplinado, o aluno corrupto, o aluno que aparece sujo na escola, reflecte o exemplo que lhe é dado pelo pai, pela mãe, pela vida familiar.

Quando um aluno é indisciplinado, falta às aulas, não cumpre os seus deveres, devemos exigir responsabilidades ao pai, à mãe, ao encarregado de educação.

Ser indisciplinado, faltar às aulas, reprovar, é desrespeitar o sangue, o suor e o sacrifício de todo o Povo, de todos os que combateram e morreram para libertar a escola.

O inimigo incentiva a indisciplina, a corrupção, a droga nas nossas escolas.

O inimigo faz das escolas o seu alvo preferido.

O objectivo do inimigo é desorganizar as nossas escolas, é impedir o nosso crescimento, é perpetuar, em última análise, o subdesenvolvimento.

Mas a nossa escola tem de ser modelo. O nosso professor tem de ser modelo. O professor tem de dar exemplo de uma vida sã, tem de garantir a qualidade do ensino.

Queremos que os alunos das escolas sejam disciplinados e estudiosos.

Queremos que os alunos sejam delicados, limpos, correctos, dotados de espírito criador, de espírito de sacrifício.

Não queremos que as nossas escolas formem mediocres.

Queremos que os nossos alunos, os nossos filhos sejam brilhantes.

A nossa escola produz o agrónomo, o regente agrícola, o contabilista, o economista, o geólogo, o maquinista, o tractorista.

Produz o carpinteiro e o pedreiro, o motorista, o médico, o enfermeiro, o jurista, o agrimensor, o sapateiro, o secretário, o escriptorista e o dactilógrafo.

A escola que concebemos forma os quadros, os cientistas, os técnicos, os operários,

os trabalhadores capazes de dominar a ciência e técnica, capazes de servir o Povo, capazes de assegurar o triunfo da Revolução.

Por isso definimos a escola como a base para o Povo tomar o poder.

A nossa escola é um instrumento fundamental para acelerar o processo da luta contra o subdesenvolvimento.

Onde vive, onde trabalha, onde quer que se encontre, o Deputado é o exemplo, é a alavanca.

Na fábrica ele é o exemplo.

Não podemos aceitar que uma fábrica onde trabalha um Deputado paralise por indisciplina, por desorganização, por irresponsabilidade, por negligência, por incúria.

Não podemos aceitar que uma fábrica de copos, de pratos, de talheres; uma fábrica de tecidos, de fósforos, de sabão, de bicicletas; uma fábrica de charruas, de pilhas, de rádios; não podemos aceitar que uma fábrica paralise e o Deputado que nela trabalhe assista passivamente.

O Deputado deve ter consciência do valor do trabalho, da necessidade fundamental da organização, da responsabilidade, da disciplina. Ter consciência disso é contribuir para que todos assumam o seu dever como trabalhadores dedicados, como produtores que libertam o País da miséria, do atraso, do subdesenvolvimento.

O subdesenvolvimento é o nosso maior inimigo.

Subdesenvolvimento significa dependência.

Subdesenvolvimento significa viver a ver os outros viver.

Subdesenvolvimento é aceitar permanecer eternamente vencido pela fome, pela nudez, pelo obscurantismo, pela superstição.

Subdesenvolvimento é a permanente incapacidade de criar. É aceitar a fatalidade da miséria.

Subdesenvolvimento é estar parado no tempo; é não evoluir; é morrer lentamente para que viva e cresça a exploração.

Por isso recusámos o subdesenvolvimento. Por isso declaramos guerra ao subdesenvolvimento para o vencermos nesta década.

SENHORES DEPUTADOS,

SENHORES CONVIDADOS,

É no bairro da cidade, da vila, da localidade, da aldeia comunal que o Deputado vive.

Aí também a sua influência educativa se deve fazer sentir sobre os moradores, sobre os cidadãos.

A limpeza do bairro, a criação de parques e jardins, a boa utilização dos prédios, o embelezamento das casas, são tarefas que devem ser permanentemente dinamizadas pelos Deputados.

O bom funcionamento da cooperativa, a limpeza do talho, a cortesia e a amabilidade dos trabalhadores das lojas, das repartições, das padarias, dos restaurantes, os machimbombos, os cinemas e dos hospitais reflectem a influência da acção disciplinadora, orientadora, educativa dos nossos Deputados.

A nossa experiência ensina-nos que a organização e o correcto enquadramento da população é um factor fundamental para garantir o exercício do Poder Popular.

Recordamos uma vez mais o papel fundamental que os Grupos Dinamizadores desempenharam quando a Frente de Libertação de Moçambique estendeu o poder a todo o País. Eles assumiram a defesa da Independência Nacional, a defesa dos interesses das massas trabalhadoras, a defesa dos interesses do Povo.

Os Grupos Dinamizadores garantiram em todos os cantos do nosso País a implantação e o exercício do poder popular.

É esta experiência que temos de saber valorizar e desenvolver.

A resolução dos problemas da população no bairro, na aldeia comunal, na cidade assenta na organização da participação criadora dos cidadãos ao nível da base.

É na base que os problemas estão. É lá que devem ser primeiramente discutidos os problemas, é lá que devem ser encontradas as soluções imediatas.

Os Grupos Dinamizadores são estruturas sociais fundamentais para o correcto enquadramento da vida quotidiana dos cidadãos.

Os Grupos Dinamizadores devem ser estruturados e orientados para realizarem as importantes tarefas que lhes estão atribuídas.

Cabe aos Deputados acompanhar e apoiar a actividade dos Grupos Dinamizadores, contribuir para que eles assumam as suas tarefas. Contribuir para que apliquem as decisões das Assembleias do Povo integrando as massas nas tarefas da comunidade.

SENHORES DEPUTADOS,

Vivemos dias de trabalho intenso.

Soubemos dedicar as nossas energias, os nossos conhecimentos para fazer da nossa Assembleia uma verdadeira escola de aprendizagem, um organismo vivo. Nela exprimimos a vida do nosso Povo, as suas dificuldades, as suas aspirações.

Aprofundámos o nosso conhecimento mútuo. Conhecemos melhor o nosso País.

Consolidámos uma vez mais a nossa unidade. Soubemos assumir o papel de órgão supremo de direcção do nosso Estado.

Regressamos aos nossos locais de trabalho e de residência para desferir maiores derrotas ao inimigo, regressamos reforçados na nossa determinação de levar a cabo as tarefas que nos foram cometidas.

Saibamos transmitir a experiência desta 6.ª Sessão, todos nós, deputados e convidados, aos nossos locais de residência, aos nossos locais de trabalho, às nossas Assembleias.

A todos desejamos boa saúde, um feliz regresso, bom trabalho.

Queremos saudar o Secretariado, dactilógrafos, jornalistas, os operários, o protocolo, os motoristas, os serventes, os cozinheiros, os artistas, em suma, todos os trabalhadores que, pela sua dedicação, cortesia e espírito de sacrifício contribuíram decisivamente para o sucesso dos nossos trabalhos.

A LUTA CONTINUA!

A REVOLUÇÃO VENCERÁ!

O SOCIALISMO TRIUNFARÁ!

(De: "Notícias", Maputo, 1980-07-27)